

## **DEMOCRATIZAÇÃO, SOCIEDADE CIVIL E CULTURA POLÍTICA: aproximações entre o Brasil e a África lusófona\**

Remo Mutzenberg  
Eliane Veras Soares'

### **Resumo**

Neste artigo propomos uma aproximação da produção teórica de países da África (lusófonos) sobre o problema da democratização, centrado nos conceitos de sociedade civil e de cultura política. Para tanto partimos de uma revisão da literatura recente sobre o tema da democracia, com ênfase nas novas abordagens que privilegiam a análise da prática democrática na vida cotidiana. Partimos do pressuposto de que a transposição de conceitos produzidos em determinados contextos nacionais (Europa e Estados Unidos) exige um esforço de reelaboração teórica quando aplicados a outros contextos (África e Brasil, por exemplo).

### **Palavras-chave**

Democratização. Sociedade civil. Cultura política. Brasil. África.

### **DEMOCRATIZATION, CIVIL SOCIETY AND POLITICAL CULTURE: approximating Brazil and lusophone Africa.**

### **Abstract**

In this paper we try to approximate the theoretical works about democratization from lusophone African countries to the Brazilians ones, with a focus on the concepts of civil society and political culture. To this aim, we survey the recent literature on democratization prioritizing the new approaches that analyze the democratic *praxis* in the daily life. Our starting point assumes that the transposition of concepts tailored in some specific contexts (Europe

---

<sup>1</sup> Este artigo foi apresentado originalmente no XXXII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 27 a 31 de outubro de 2008.

• Universidade Federal de Pernambuco. Brasil.

and the United States of America) requires a theoretical re-elaboration when applied to different contexts (Africa and Brazil).

### **Keywords**

Democratization. Civil society. Political culture. Brazil. Africa.

O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.

Fala de Tuahir. *Terra Sonâmbula*, Mia Couto. 1992

Naquele lugar, a guerra tinha morto a estrada. [...] A guerra é uma cobra que usa os nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios da nossa alma. De dia já não saímos, de noite não sonhávamos. O sonho é o olho da vida. Nós estávamos cegos.

*Terra Sonâmbula*, Mia Couto, 1992

Vivemos, nas últimas décadas, sob o imaginário da democracia, que emerge como desafio e alternativa polêmica para uma nova forma de regulação, na qual ela mesma se coloca como objeto de disputa na arena política e condição para as contendas em tomo de demandas, formas de organização e do seu próprio significado. Democracia assume, assim, uma posição de destaque na agenda teórica e política, particularmente intensificada nos anos 1990, ampliando o debate e inclusão de dimensões não restritas a sua formalização e institucionalização. Além das questões sobre formas de organização, mediações entre o Estado e a sociedade civil, inscrevem-se questões relativas à presença ou construção de um espaço público, processos de articulação e composição de identidades políticas que envolvem relações de forças e caminhos cognitivos na vivência democrática do cotidiano. No campo analítico, isto implicou em distanciamento das análises de cunho estrutural e das teorias da transição democrática, problematizando o campo da inovação, reprodução e atualização da sociabilidade não restrita ao âmbito tradicional do político. As análises voltaram-se, assim, para a investigação da

construção de relações sociais democráticas e novas formas de sociabilidade e/ou permanências e atualizações de formas autoritárias e tradicionais do fazer política. Adjacente ao que se denominou virada lingüística, a cultura passa a ser um novo campo de interpretação social. No campo analítico, os conceitos de política cultural e cultura política passam a fazer parte do debate teórico, sobretudo no campo dos movimentos sociais - noções estas que designam os processos pelo quais, respectivamente, "o cultural se toma fato político" e a "construção particular em cada sociedade do que conta como político" (DAGNINO, 2000).

No decurso dessa trajetória, apesar das diferentes perspectivas, podemos identificar conjuntos temáticos comuns que se alteram, seja em decorrência de renovações endógenas ao campo teórico, seja quanto a evidências de inadequações e insuficiências destas teorias frente às transformações económicas, políticas que reconfiguram as relações e presença de movimentos. Estes, por sua vez, passam a assumir um caráter cada vez mais plural, dando visibilidade a uma multiplicidade de demandas e interesses de difícil composição em torno de um centro. Isso colocou às claras a heterogeneidade e a complexidade dos processos sociais contemporâneos. Essa complexidade excede os paradigmas teóricos e as ideologias políticas tradicionais (liberalismo, socialismo, nacionalismo, desenvolvimentismo etc.), nos quais a pluralidade dos conflitos era reduzida a um *espaço político unificado* (LACLAU, 1985). Novos caminhos teóricos buscam dar conta dessa complexidade e têm gerado interpretações tanto otimistas, da composição de uma cidadania articulada em nível global, quanto pessimistas, da fragmentação e/ou homogeneização global. Apesar de estas interpretações serem opostas, em ambos os casos, parecem sobrepor-se uma imprevisibilidade e uma incerteza de seus desdobramentos à medida que se conclui não haver uma direção predeterminada nos cursos sociais (LACLAU, 1985; CASTELLS, 1999, p. IS).

Nesse sentido as práticas e a teorização sobre democracia passam a acentuar que as concepções e seus parâmetros são objeto de disputa para a definição de fronteiras, lugar de diversas e diferentes formas de estabelecer uma distinção entre nós/eles (MOUFFE, 2003; DAGNINO, 2000; AVRITZER; DOMINGUES, 2000). Nessa perspectiva as análises salientam que é no campo político que tomam forma e visibilidade concepções de

democracia que vão da democracia formal ao que poderíamos denominar democracia social, que se estende às relações da vida cotidiana.

É nesse campo que se evidenciam, também, tensões e antagonismos entre uma perspectiva liberal, como modelo único a seguir, e perspectivas contra-hegemônicas. No âmbito do pensamento social, esse movimento contra-hegemônico busca superar o "pensamento moderno ocidental", denominado por Boaventura de Sousa Santos (2007) de "pensamento abissal", como sistema de distinções visíveis e invisíveis. Essa divisão, com assinala este autor, é tal "que o 'outro lado da linha' desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzida como inexistente [...] para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética" (SANTOS, 2007, p. 71). Não podemos deixar de lembrar a proposição do *Alienista*, de Machado de Assis: "A razão é perfeito equilíbrio de todas as faculdades: fora daí insânia, insânia e só insânia".

Nos países do eixo Sul, as análises situam-se entre a utilização do instrumental forjado a partir das experiências dos países centrais, ou a partir do seu questionamento tal qual explicitado por Mbembe ao se perguntar, em relação à compreensão da realidade africana, se as ciências sociais têm conceitos para fazer sentido a essa realidade (MBEMBE, 200 I).

No entanto, como lembra Macamo em relação à integração da África, extensivo aos países do eixo Sul, "a integração no sistema mundial bem como a longa marcha da modernidade revelam-se como condições objetivas da reflexão sobre a constituição da realidade" (2002a). Nesse sentido cabe investigar, para além da prática das ciências sociais, em particular aqui da sociologia, aplicada nos padrões dos países centrais, um desenvolvimento de um "nosso" modo de pensar sociologicamente a realidade como propunha Florestan Fernandes (1976), cuja contribuição primeira não é o de buscar soluções, mas propor problemas a partir do questionamento do próprio conhecimento que funda as intervenções das instituições.

Para desenvolver esse ensaio partimos de uma contextualização dos processos sociais e da produção teórica nas sociedades contemporâneas a partir de três elementos centrais: o processo de globalização, a crise das ideologias políticas e a hegemonia neoliberal que condicionam os processos de democracia e a partir dos quais emergem oposições e questões.

No último meio século, as ciências sociais defrontaram-se com os desafios que emergiram de diferentes fatores, entre os quais destacamos os

econômicos, tecnológicos, culturais e epistemológicos. Não é nosso objetivo, aqui, enredar-nos numa discussão sobre múltiplas formas de nomeação que procuraram conectar esses diferentes aspectos que caracterizam tal processo" e que assumiram, por contingências, o formato do que Boaventura de Sousa Santos denominou "globalização neoliberal" (2002).

Tem-se acentuado a complexidade dos fenômenos sociais diante dos quais há um reconhecimento da insuficiência dos eixos clássicos em torno dos quais se organizavam as ciências sociais (OFFE, 1989). Essa sensação é acentuada, num mundo que se mostra mais próximo e, ao mesmo tempo, exacerba ou toma mais visível as diferenças. Isso, por sua vez, possibilita diferentes leituras, que vão de visões sobre a homogeneização à heterogeneização e fragmentação social. Há um sentido ambíguo nesse processo que tanto permite visões pessimistas quanto visões de emergência de condições para a reinvenção das sociedades e das ciências sociais (MARTINS, 1998).

É nesse quadro que a questão da democracia se coloca, por um lado, como campo de integração - seja como processo formal, seja como processo participativo ampliado para o âmbito da vida social - e, por outro, como celebração obscena do pluralismo, representação fantasmática abalizada nos pseudoconceitos: democracia, mídia e mercado, tal qual denuncia Fredric Jameson (1997, p. 323). Ao condicionar a democracia ao ajuste econômico, na leitura de Daniel dos Santos (2001, p. 113), ela assemelha-se a um massacre e não ao reforço da sociedade civil. Nesse sentido, os processos sociais denotam a luta pela hegemonização para fixar fronteiras para a construção de uma determinada ordem com a exclusão de outras.

A "globalização" procura capturar as características fundamentais das sociedades contemporâneas por expressar uma idéia composta de diferentes fenômenos de natureza social, econômica, política e cultural. Expressa, assim, a conformação de um processo de natureza multiforme e de extrema complexidade das interações culturais, sociais e econômicas. A

---

<sup>2</sup> Podemos afirmar que as condições tecnológicas estavam dadas no final da II Guerra Mundial que reorganizaram as relações internacionais. bases para um sistema econômico global (JAMESON, 1997, p. 22). As condições culturais insurgem com as manifestações dos anos 1960 e uma reconfiguração política, hegemonizada pelo neoliberalismo, se constrói a partir da crise econômica da década de 1970, que se colocou como crise do modelo social-democrata e do socialismo real.

pressuposição, aqui, é um sentido mais amplo que salienta, de um lado, uma diferenciação do processo atual de processos anteriores do capitalismo e, de outro, a sua não redução a uma dinâmica econômica e aos seus efeitos superestruturais, mas resultante de opções políticas a partir das quais se constituiu a hegemonia neoliberal. Não se tratando, portanto, de um processo espontâneo, nem de uma correspondência a uma vontade única, mas do confronto de forças políticas, daí também uma não uniformidade em suas formas de concretização (MUTZENBERG, 2008).

A conjugação da reestruturação político-econômica e a concomitante disponibilidade de novas tecnologias impulsionaram um novo momento do capitalismo multinacional (JAMESON, 1997). A nova forma de produção e distribuição gerou uma crise do trabalho tradicional, precarização das suas relações, segmentação do mercado de trabalho, terceirização de serviços e conseqüente crise do sistema de seguridade social e uma redefinição da divisão internacional do trabalho e perda de poder dos protagonistas nacionais (CHESNAIS, 1995; SANTOS, 1995; CASTELLS, 1999). Simultaneamente a essa reestruturação do capitalismo, as sociedades sob regime socialista enfrentam sua crise econômica e seu esgotamento simbolizado na queda do muro de Berlim em 1989. Isto afetará de forma particular os países africanos alinhados ao bloco soviético. Reconfigura-se a geopolítica mundial, em que se criam as condições propícias para a propagação da ideologia neoliberal, "não só como a única digna de crédito, como também o único a seguir" (CARDOSO, C. 1994, p. 6).<sup>3</sup> De forma sintética, o receituário neoliberal está centrado doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado. No período anterior, seja nos regimes socialistas, autoritários ou social-democratas, os Estados-Nação desempenharam papel fundamental a partir de dois eixos: a intervenção na economia e a institucionalização dos conflitos através de um pacto social. No primeiro caso, são fundamentais as intervenções do Estado no planejamento da economia e no desenvolvimento de um processo

---

<sup>3</sup> A noção de neoliberalismo remete, como se sabe, ao texto "O caminho da servidão", de Hayek (1944) (ANDERSON, 1996). No bojo da política de Reagan e Thatcher, foram definidas "regras universais", o que ficou conhecido como Consenso de Washington, tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de crédito aos países periféricos. Tais regras estão centradas doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado.

de integração social via trabalho e consumo. No segundo, sob a égide do Estado, consolida-se um pacto social nas sociedades capitalistas do Pós-Guerra, no qual os trabalhadores renunciam a reivindicações mais radicais e o patronato renuncia a uma margem de lucro através da tributação para manutenção da política social (SANTOS, 1995).

Nos processos sociais, no quadro atual, três aspectos são postos em destaque: a) a fragilização do poder dos Estados-Nação sobre a organização do tempo e do espaço, com crescente importância do âmbito transnacional, por um lado, e do local e do regional, por outro (CASTELLS, 1999; SANTOS, 1995). Este novo sistema de poder toma, também, mais transparente a pluralidade de fontes de autoridade em que o Estado-Nação, mesmo que não tenha perdido sua importância no que diz respeito à regulamentação das instituições e das relações sociais, é apenas uma destas fontes (HELD apud CASTELLS, 1999, p. 352); b) o enfraquecimento dos protagonistas nacionais, a dependência aos mercados de capital global, a espiral decrescente da concorrência em relação aos custos sociais, a crise da política fiscal, entre outros fatores, implicaram na desestruturação do modelo do Estado de Bem-Estar e no "desmanche" de conquistas de direitos, seja onde estes direitos foram implementados ou formalizados, seja como perspectiva de futuro; c) a afirmação das virtudes do mercado ante qualquer forma de política estatal redistributiva.

Como processo simultâneo à polarização entre transnacional/local e em contraposição ao "desmanche" de direitos, afirmam-se espaços para novos protagonistas em nível internacional, a exemplo do movimento ecológico, colocando questões normativas transnacionais' e, num nível local, a crescente afirmação de particularismos. Neste sentido, há uma nova compreensão dos direitos para além daqueles sustentados pela igualdade

---

<sup>4</sup> Tema que envolve questões administrativas sobre situações-problema. que vão além dos limites nacionais. de legitimidade das instituições internacionais. relações de poder, do pluralismo cultural. Questões estas que se põem em nível de espaços públicos transnacionais. Sobre o debate teórico. ver Sérgio Costa (2000. 2003. 2006). Como exemplos empíricos, poderiam ser mencionados Fóruns de Mulheres. o Fórum Mundial. Anistia Internacional, Comissão Internacional dos Direitos Humanos, assim como redes pontuais em apoio a lutas locais.

(direitos civis, políticos e sociais), afirmando-se direitos de coletividades,' de sua autodeterminação. a afirmação de identidades culturais e de suas concepções sobre a vida social sustentadas no direito à diferença. Segundo Ilse Scherer-Warren (1997, 1999, 2005), o reconhecimento destes protagonistas e de seus direitos levaria a uma interpelação à construção de uma "cidadania sem fronteiras", que respeitaria a diversidade cultural com potencial para desenvolver uma ética de respeito à vida, à natureza e à alteridade.

Nesse contexto, de esgotamento das ideologias como sistemas seculares de crenças mobilizadoras e legitimadoras (liberalismo, socialismo, nacionalismo, desenvolvimentismo), a afirmação da hegemonia neoliberal, ao longo dos anos 1980, se impõe nos países da Europa central e sua expansão para os países do leste Europeu e do hemisfério Sul.

No caso do Brasil, após vinte anos de regime autoritário, a década de 1980 foi marcada, ao lado da crise econômica, pela composição de diferentes forças num movimento amplo que tinha como ponto comum a luta contra o regime militar, tomando-se ponto de referência para a redemocratização que culminou com a promulgação da Constituição de 1988. Foi um momento de reconhecimento de demandas sociais e perspectivas para a consolidação de espaços políticos. As visões e interpretações desse movimento estavam ainda marcadas pelas análises que viam no conjunto desse movimento a presença de grupos e atores com autonomia frente ao sistema político representativo e oponente dos mecanismos clientelistas e populistas atribuídos à política tradicional (CARDOSO, 1987, p. 28).

Simultaneamente a esse desenvolvimento, diante da crise econômica, impuseram-se as reformas neoliberais centradas no mercado, o que implicou no que Evelina Dagnino (2002) denominou "convergência perversa". Isto é, a ampliação de espaços democráticos e a formalização de direitos e, na contramão, a efetivação de reformas econômicas e do Estado que impuseram cortes orçamentários no bojo de uma concepção de Estado mínimo (AVRITZER, 1995; BURITTY, 1999; MUTZENBERG, 2003).

---

<sup>5</sup> Tratar-se-ia, aqui, de direito de quarta geração, cujos titulares do direito são coletividades em contraste com os direitos de primeira, segunda e terceira geração, cujos titulares são os indivíduos. Os titulares dos direitos de quarta geração podem ser grupos específicos (mulheres, crianças, etnias, minorias...) ou iniciativas em nome da própria humanidade. Neste sentido, manifestam-se, de outra forma, conflitos entre direitos individuais e coletivos (LAFER, 1988).

Se, por um lado, pesquisas demonstraram que movimentos conseguiram traduzir suas agendas em políticas públicas, expandir as fronteiras da política institucional, redefinir o sentido da cidadania, por outro assinalaram também a continuidade de formas de clientelismo, de patrimonialismo e de uma cultura política autoritária, assim como os limites para o atendimento das demandas sociais diante dos limites orçamentários do Estado impostas pela reestruturação econômica e conseqüente desregulamentação das políticas estatais. As práticas sociais se compõem tanto de fatores econômicos e culturais quanto de fatores contingenciais.

As profundas mudanças políticas ocorridas em quase todos os países, com diferentes processos, seja no redimensionamento da democracia em países com tradição democrática, seja em países do Leste europeu e da América Latina, tiveram, também, seus efeitos na África. Em países como Guiné-Bissau, Gana, Costa do Marfim e Senegal, que vinham tentando ultrapassar a crise econômica através de financiamentos junto ao FMI e o Banco Mundial, e em outros, como Angola, Moçambique e Benin, que mantinham um sistema econômico de planejamento centralizado, com a queda do socialismo e a interpretação de que o fracasso econômico estava relacionado à ausência de democracia e ao sistema unipartidário, estavam criadas as condições internas e externas para aderir à bandeira do liberalismo econômico, da democracia multipartidária e da defesa dos direitos do homem (CARDOSO, C. 1994, p. 6). No caso dos países lusófonos, a transição democrática com eleições pluripartidárias se efetivou no período de 1991 a 1994 (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, em 1991; Angola, em 1992; Moçambique e Guiné-Bissau, em 1994). Como observa Johannes Augel (2002), não são raros os casos em que governos democraticamente eleitos agiram de forma tão arbitrária quanto os regimes autoritários recém-dissolvidos e os processos de guerra civil como em Angola (1992) e Guiné-Bissau (1998). No período da luta pela independência, se construiu uma unidade a partir da oposição ao colonizador, enquanto no período posterior a unidade foi mantida a partir de regimes autoritários alinhados ao Bloco Soviético. No processo de democratização, três questões se sobressaem: a questão da unidade nacional, as novas forças sociais organizadas da sociedade civil e a presença dos grupos étnicos.

O conjunto das mudanças, acima referido, provocou, no campo da teoria social, uma profusão de análises baseadas nas "teorias da transição para a democracia". Esse fenômeno pode ser observado no caso das sociedades

latino-americanas e do leste europeu. Os processos de mudança verificados em diversos países africanos foram também largamente interpretados à luz desse paradigma teórico.

Em linhas gerais podemos definir as teorias da transição para a democracia como teorias de viés institucional que pressupõem o autoritarismo como uma ruptura temporal com a ordem democrática, concebida como a ordem política “natural” da sociedade aberta. A transição para a democracia é o processo de passagem da ruptura da ordem autoritária para o restabelecimento da democracia. Para Guillermo O'Donnell e Philippe C. Schmitter (1986), o processo de transição para a democracia ocorre em três fases: a liberação, a democratização e a consolidação. A liberação corresponde ao momento de queda do regime autoritário, a democratização ao processo de instalação do sistema político de garantias democráticas (estabelecimento das instituições no plano jurídico-formal) e, finalmente, o momento da consolidação que se refere à plenitude democrática com a retirada do poder do veto à livre coordenação da ação política.

Entre as críticas que podem ser aplicadas a esta teoria, citamos o paradoxo apontado por Avritzer: “como seria possível que o autoritarismo constituísse apenas um veto à coordenação da ação política e que, ao mesmo tempo, características de uma ordem política autoritária permanecessem no sistema político após a retirada desse veto?” (1995, p. 101). As análises sobre o funcionamento da democracia brasileira demonstraram a persistência de comportamentos não democráticos no âmbito da institucionalidade política, segundo estratégias patrimonialistas e corporativistas, bem como no nível das relações cotidianas.

No caso da África, podemos acrescentar às críticas já elencadas o fato de que vários governos democraticamente eleitos mantiveram práticas arbitrárias tais quais as praticadas pelos regimes precedentes. Em relação às três fases preconizadas por O'Donnell e Schmitter, a experiência africana demonstra a sua não efetivação, vez que, a partir da instalação dos processos eleitorais pluripartidários, seguiram-se vários golpes de estado e longos períodos de guerra civil, a exemplo de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Esta situação levou a uma revisão na qual os próprios autores reconhecem a existência de um alto grau de indeterminação e extraordinária incerteza dos processos de transição.

Um exemplo de análise baseada nesta teoria para países africanos subsaarianos é a empreendida por Bratton & van de Walle (1997), salientando que as condições de largada para a transição estão condicionadas pelo *neo-patrimonialismo*, conceito que designa a incorporação da lógica patrimonial nas instituições burocráticas. Os autores vão analisar as transformações políticas e institucionais a partir do conceito de *contingência estrutural*, que diz respeito à reciprocidade entre as estruturas (instituições burocráticas) e a ação (comportamento patrimonialista). Para Chabal e Daloz (apud AUGEL; MEYNS, 2002), mais uma vez, o fenômeno do patrimonialismo remonta ao período pré-colonial. Por esta razão, estes autores farão referência a um processo de *africanização da política*, definido em termos de continuidade de elementos pré-coloniais nas sociedades pós-coloniais. Segundo suas palavras:

O que aconteceu depois da independência foi a africanização da política, quer dizer, o ajustamento de modelos políticos importados às realidades históricas, sociológicas e culturais da África. Isso continua até hoje: as assim chamadas transições democráticas estão sendo reinterpretadas localmente (CHABAL; DALOZ apud AUGEL; MEYNS, 2002, p. 13).

Nessa perspectiva, os autores desenvolvem o *paradigma da instrumentalização política da desordem*, que se torna possível graças à fraca institucionalização das práticas políticas e à *re-tradicionalização da sociedade*.

Ainda dentro de uma abordagem institucional, Mamdani acentua a cristalização de um Estado forjado por meio do encontro da tradição dos povos africanos com o estado colonial, resultando na constituição de um *estado bifurcado* que, como uma cabeça de Janus, apresenta “duas formas do poder sob o teto de uma única autoridade hegemônica” (MAMDANI apud AUGEL; MEYNS, 2002, p. 15). O dualismo se manifesta na presença, de um lado, de uma tradição rural, baseada na tradição, na comunidade e na cultura, e, de outro, em uma perspectiva moderna, urbana, baseada na sociedade civil e na conquista dos direitos dos cidadãos, fundada na diferenciação, em oposição à fusão, predominante na forma tradicional.

Do ponto de vista de uma análise que não seja tipicamente institucional, podemos elencar os seguintes autores: Johannes Augel, Ulrich Shierfer, Elísio Macamo, Bernhard Weimer e Carlos Cardoso.

Enquanto Augel chama a atenção para a *ausência de qualquer projeto democrático*, no caso de Guiné-Bissau, Shiefer emprega o conceito de *economia dissipativa*, que desestrutura simultaneamente o Estado e a sociedade local, colocando por terra toda a organização econômica vigente, para caracterizar os diversos contextos nacionais. Ainda que tais contextos possam ser divergentes em alguns aspectos (por exemplo, em Cabo Verde, ao contrário de Guiné-Bissau, as reformas econômicas seguiram o receituário externo e os recursos foram aplicados conforme o planejamento; paralelamente, em Guiné-Bissau, o alto grau de corrupção levou a um estado de agravamento absoluto da dependência econômica e da insolvência do próprio Estado e, em última análise, da sociedade), observa-se um traço comum, a saber, a dependência, imposta a partir de fora.

A tese central de Macamo é a da continuidade da lógica estrutural do colonialismo nos processos de transformação. A política deveria, para o autor, mediar a difícei relação entre Estado e sociedade na passagem do estado de guerra para o de paz, da economia administrada para a economia liberal e do monopartidarismo para o pluripartidarismo. O Estado independente, todavia, não consegue superar o comportamento intervencionista herdado dos colonizadores e não é capaz de prestar conta de suas ações à sociedade. De modo que “o Estado continua não sendo sustentado pela sociedade” (MACAMO apud AUGEL; MEYNS, 2002, p. 34). O resultado da análise apresenta um diagnóstico perverso: o Estado não constitui instância de serviço para o cidadão; o caos na ordem jurídica e a insegurança em relação aos direitos dos cidadãos garantem a vigência do nepotismo e do suborno; configura-se uma identidade entre partidos, Estado, bens públicos e elites políticas.

Bernhard Weimer e Carlos Cardoso focalizam suas análises na qualidade do processo político. Cardoso, em particular, utiliza o conceito de *transição liberal* para designar um quadro distinto daquele de uma mudança da prática política que põe os interesses da maioria da população em primeiro lugar (AUGEL; MEYNS, 2002, p. 25). Segundo Augel e Meyns, Cardoso questiona, em relação à Guiné-Bissau, a qualidade do processo político institucionalizado e da função do Estado e da burocracia. Essa análise leva

ao questionamento do caráter dessa "renovação política, de seus atores, suas idéias e sobretudo seu modo de ação" (CARDOSO, 2001, p. 233). Cardoso introduz, para além do tema da institucionalização, a problemática da incorporação de valores democráticos pela elite política local. Daí advém sua crítica à ausência dos interesses da maioria no horizonte político das elites.

Uma questão que se coloca para os analistas, em particular, e para as sociedades, em geral, em relação aos países em tela, é a inclusão da população nos respectivos processos de transformação política e social. De modo que questões como a definição de sociedade civil, as possibilidades de participação dos diversos grupos étnicos, a problematização das categorias e conceitos utilizados para dar conta das especificidades nacionais e locais, os desafios econômicos resultantes da inserção subordinada ao mercado globalizado constituem a agenda de trabalho vigente nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Nos últimos anos houve uma intensificação de análises e do debate no que diz respeito ao pluralismo político e a questão inter-étnica e peso do voto étnico. Inserem-se neste campo de estudo a emergência de movimentos nacionais como é o caso do Mandjuandade de Guiné-Bissau (TEIXEIRA, 2008).

Nesse sentido, podemos afirmar que o tema da cultura se sobressai ao lado do questionamento elaborado por Elísio Macamo, a saber, o da possibilidade de se conceber uma sociologia das sociedades africanas. Respondendo afirmativamente à questão posta, Macamo (2002a) esboça quatro áreas prioritárias de interesse para a investigação sociológica.

a) A transformação social - diz respeito à superação da visão de estagnação dos países africanos, decorrência da dicotomia clássica entre tradição/modernidade. Nesse sentido, o autor destaca que a característica principal das sociedades africanas é "o estado permanente de mudança" (2002, p. 18). Essa questão nos remete à problemática focada por Mbembe (2000) sobre a adequação dos conceitos das ciências sociais em face dessa realidade.

b) A sociologia do conhecimento - para o autor trata-se da reflexão a respeito dos modos pelos quais as intervenções nas sociedades africanas coloniais fundaram-se no conhecimento. Por exemplo, "as intervenções humanitárias, o reajuste estrutural, o alívio à pobreza, a democratização, a reconciliação, para citar alguns momentos marcados pelo conhecimento,

tornam Moçambique em grande parte visível e compreensível como realidade social” (MACAMO, 2002, p. 20). Essas intervenções baseadas em um conhecimento levam ao questionamento de seus pressupostos, isto é, da economia política dessas instituições, da definição de indivíduo e grupos sociais. Caberia, então, analisar as conseqüências e as transformações produzidas por tais intervenções.

c) A sociologia rural- este campo remete ao inconcluso debate acerca da definição do conceito de camponês e de sociedades campesinas/rurais no contexto africano. De modo que o trabalho empírico neste campo pode contribuir para o avanço teórico, superando as concepções historicamente legitimadas.

d) A sociologia do cotidiano - este campo polariza em outro sentido as reflexões anteriores, dado que as três perspectivas estão focalizadas no nível da análise estrutural, e a análise da vida cotidiana privilegia o espaço da ação social, da agência humana. O modo como os atores sociais interpretam a realidade social, ponto central da sociologia do cotidiano, é considerado pelo autor fundamental para a compreensão das sociedades africanas, uma vez que “o social em África constitui-se sobretudo discursivamente”. (MACAMO, 2002, p. 23).

A partir desse primeiro esboço de análise sobre a produção de autores africanos e africanistas sobre os processos recentes de transformação social e política nos países de língua oficial portuguesa, a despeito de suas especificidades, encontramos elementos que são comuns aos países em tela e às análises sobre o processo de redemocratização ocorrido no Brasil a partir do final dos anos 1980. A seguir, elencamos os pontos de aproximação que se revelaram na pesquisa e que deverão nortear o aprofundamento de nossas análises.

a) Análise do peso da herança colonial portuguesa. Este aspecto é problematizado, entre outros, por Bratton e van de Walle (1997), Chabal e Daloz (1999), Mamdani (apud AUGEL; MEYNS, 2002) e Macamo (2002a). Ainda que atribuindo peso diferenciado à herança colonial portuguesa, os autores recorrem a conceitos como patrimonialismo, neo-patrimonialismo, tradicional/moderno, Estado bifurcado, rural/urbano para dar conta das especificidades e problemas de investigação. Em parte, as análises buscam identificar as causas dos entraves para a construção da democracia. No caso brasileiro, o tema da herança colonial portuguesa é recorrente entre os

intérpretes clássicos: de Gilberto Freyre a Florestan Fernandes, passando por Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda e Raymundo Faoro. Enquanto o primeiro destaca a originalidade e eficácia da colonização portuguesa na construção de uma civilização luso-tropical socialmente democrática, os demais autores, mesmo com diferentes enfoques teóricos e conclusões distintas, tendem a tratar a herança ibérica em sua dimensão patrimonialista, alertando para os efeitos perversos desta ordem na consolidação de uma sociedade democrática. Este tema permanece nas análises contemporâneas, entre as quais destacamos Jessé Sousa (2000, 2003, 2006) e Marco Aurélio Nogueira (2005), entre outros.

b) Problematização da relação entre cultura política tradicional e cultura política democrática. Embora esta temática não seja decorrência direta da primeira, está de certo modo fortemente marcada pelo processo de colonização e, posteriormente, pela globalização. Nas análises dos países africanos, destaca-se a busca de compreensão das realidades nacionais e locais em seus próprios parâmetros. Para alguns autores a cultura política tradicional está presente sob a forma de re-traditionalização, o que vale dizer que não se trata de uma mera herança colonial, mas de uma releitura das relações de poder típicas das sociedades pré-coloniais. No caso brasileiro, os autores têm colocado esse problema como central nas análises a respeito de processos institucionais de participação e, em especial, nas análises que focalizam as relações cotidianas e os processos subjetivos relacionados à participação política e à incorporação dos valores da democracia (DAGNINO, 1994, 2000, 2002; AVRITZER, 1995; AVRITZER *et. ali.* 2000; BAIERLE, 2000).

c) Construção de identidades políticas em contextos marcados por particularismos e sua inserção nos processos políticos. Como garantir espaços democráticos para a manifestação das diferenças e ao mesmo tempo afirmar as regras do jogo democrático? Destacam-se nos debates mais recentes os problemas enfrentados pelos países africanos quanto à compreensão a respeito da sociedade civil, pluralismo partidário e questões étnicas. No Brasil, este debate tem ganhado corpo a partir da Constituição de 1988, em função dos direitos garantidos a minorias étnicas, em especial, aos povos indígenas e às comunidades remanescentes de quilombos, bem como da mobilização de grupos religiosos, da defesa dos direitos das mulheres, dos homossexuais, transexuais, entre outros. Isto levou a uma nova frente de investigação

que relaciona os processos de construção identitária à participação política (BURITY, 1999,2006; MUTZENBERG, 2003).

d) A dependência como fator preponderante na reflexão sociológica. Nesse campo, destacam-se as seguintes questões: como construir a nacionalidade em um contexto político de internacionalização dos processos decisórios de natureza econômica, política, tecnológica e cultural? Com superar os dilemas decorrentes da desigualdade social? De que modo a desigualdade afeta a efetivação dos processos democráticos? No Brasil esta problemática, clássica a partir dos estudos do ISEB e do CESIT, nos anos 1950-1960, vem sendo debatida contemporaneamente por autores como Vera Telles (2001), Sônia Draibe (2007; 2007a), Marcos Costa Lima (2008).

### Referências bibliográficas

ALVAREZ Sonia E. *et ai.* (org.). 2000. *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

ANDERSON, Perry. 1996. Balanço do neoliberalismo. In. Emir Sader; Pablo Gentili (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra.p. 9-23.

AUGEL, Johannes; MEYNS, Peter. 2002. Processos de transição na África Lusófona. *Soronda*, n. 5, p. 7-48.

AVRITZER, Leonardo. 1995. Culturapolítica, atoressociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. São Paulo, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. p. 109-122.

\_\_\_\_\_; DOMINGUES, José Maurício (org.). 2000. *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BAIERLE, Sérgio Gregório. 2000. A explosão da experiência: emergência de um novo princípio ético-político nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre", *in*: Sonia E. Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (orgs.), *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. p. 185-220.

BRATTON, Michael; van de WALLE, Nicolas. 1997. *Democratic Experiments in Africa*. Cambridge University Press, 1997.

CARDOSO, Carlos. 1994. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. *Soronda*. n. 17, p. 5-30.

\_\_\_\_\_. 2001. Politscher Wandel und Umstrukturierung der politischen Elite in Guinea-Bissau. In: Joannes Augel; Peter Meyns (coord), Transformationsprozesse im portugiesischsprachigen Afrika, Hamburg: Institut für Iberoamerika-Kunde, 2001 :231-248.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. 1994. A trajetória dos movimentos sociais. In: Evelina Dagnino (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

COSTA LIMA, Marcos. Uma concepção de mundo em Celso Furtado. In: Marcos Costa Lima; Maurício Dias David. (Org.). *A Atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Francis, 2008, v. 2.500, p. 27-41.

CASTELLS, Manuel. 1999. *O poder da identidade*. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra. v. 2.

CHESNAIS, François. 1995. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e sociedade*, Campinas. n. 5, p. 1-30.

COSTA, Sérgio. 1994. Esfera pública: redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 38, p. 38-52.

\_\_\_\_\_. 2001. Teoria social, cosmopolitismo e a constelação pós-nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 2001, n. 59, p. 4-19.

\_\_\_\_\_. 2000. *Teoria social, cosmopolitismo e a constelação pós-nacional*. Florianópolis. Trabalho não publicado.

\_\_\_\_\_. 2003. Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano/v. 18, n. 53, p. 19-32.

\_\_\_\_\_. 2006. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

DAGNINO, Evelina. 1994. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: Evelina Dagnino (org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. 2000. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 61-102.

\_\_\_\_\_. 2002. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: EDUNICAMP; Paz e Terra.

DRAIBE, Sônia Mirian. 2007. *Estado de Bem Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea*. In: Gilberto Hochman; Marta Arretche; Eduardo Marques (orgs.) *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 27-64.

\_\_\_\_\_. 2007a. The Brazilian Developmental Welfare State: rise, decline, perspectives. In: Manuel Riesco. *Latin America: a new developmental Welfare State model*. In the making. Londres: Palgrave MacMillan.

JAMESON, Fredrich. 1997. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática.

LACLAU, Ernesto. 1993. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión.

\_\_\_\_\_; MOUFFE, Chantal. 1989. *Hegemony & socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London; New York: Verso.

\_\_\_\_\_. 1993. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, Ernesto (org.). *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión. p. 111-145.

LAFER, Celso. 1988. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras.

MACAMO, Elisio. 2002. A constituição de uma sociologia das sociedades africanas. *Estudos Moçambicanos*. Maputo, n. 19, p. 5-26. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/468250.pdf> . Acesso em 07.2008

\_\_\_\_\_, 2002a. *Black Gold, Social Change and Reflexivity: sociology avant la letter in Mozambique*. Disponível em: <[www.afsa2007.org/Conference\\_Papers/96](http://www.afsa2007.org/Conference_Papers/96)>. Acesso em: 07.2008.

MARTINS, José de Souza. 1998. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social*, São Paulo, v. 10, n. I, p. 1-8.

MBEMBE, Achille. 2001. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 23, n. I, p. 171-2009.

MUTZENBERG, Remo. 2003. Identidades e Movimentos Sociais numa Sociedade Indomável. *Revista de Ciências Sociais*. João Pessoa, 19: 39-58. s

\_\_\_\_\_, 2008. Afirmção da política e movimentos Sociais. In. Paulo Henrique Martins; Aécio Matos; Breno Fontes (orgs). *Limites da democracia*. Recife: Editora Universitária da UFPE, p. 125-150.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. 2005. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo; Cortez.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press.

OFFE, Claus. 1989. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da "Sociedade do Trabalho"*. (A crise). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. v. I.

SANTOS, Boaventura de Sousa. 2002. *Globalização e ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. 1997. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. 1995. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, Universidade do Rio de Janeiro, IFCS.

\_\_\_\_\_. Nuestra América. Reinventar um paradigma subalterno de reconhecimento e redistribuição. IN: *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 191-225.

\_\_\_\_\_. 2003. Nuestra América: reinventando un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28.03.2003.

\_\_\_\_\_. 2007. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos Estudos* CEBRAP, n. 79, p. 71-94.

Santos, Daniel. 2001. Economia, democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v23, n. 01, p. 99-133.

SCHERER-WARREN, Ilse. 1997. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: HUCITEC.

\_\_\_\_\_. 1999. *Redes e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação*. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~cso421/EDESEV2.html>>. Acesso em: 08.2002.

\_\_\_\_\_. 2005. *Redes de Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Centro João XXIII e Loyola.

\_\_\_\_\_. 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. I, p. 109-130.

SOUZA, Jessé, 2000. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

\_\_\_\_\_. 2003. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. (Coleção Origem).

\_\_\_\_\_. (org.). 2006. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

TEIXEIRA, Ricardino Dumas. 2008. *Sociedade Civil e Democratização em Guiné-Bissau 1994-2004*. Dissertação de Mestrado. Recife, PPGS-UFPE.

TELLES, Vera. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.